

Práticas de tradução e interpretação em Libras

A proposta desta aula é munir você, aspirante a intérprete ou intérprete, de orientações práticas para o desenvolvimento da atividade de interpretação e tradução. Na medida do possível, a exposição contemplará práticas desenvolvidas especificamente para a tradução e interpretação de línguas visuais. Todavia, é bom lembrar que devido à escassez desse tipo de orientação, muito do que será discutido aqui advém de práticas e dicas pensadas para tradução e interpretação de línguas orais. Além disso, o conteúdo com o qual você se depara neste texto é um apanhado de riquezas e minúcias encontradas em obras de referência do ponto de vista teórico e prático sobre tradução e interpretação. O texto está organizado por modalidades de atuação – interpretação simultânea, consecutiva e tradução, sendo que a cada seção são apresentadas dicas e sugestões gerais que se direcionam para propostas específicas encontradas na literatura consultada, à disposição nas referências bibliográficas. Para finalizar a proposta desta aula, alguns temas com os quais você já se deparou são pormenorizados ou apresentados sob outra perspectiva; afinal, você perceberá, quiçá “aceitará”, que, de fato, um profissional de interpretação e tradução se faz na prática, na sua e por meio do relato de outros, motivo pelo qual esta aula procura aproximar você, estudante, do relato de outros profissionais, de suas práticas, suas dificuldades e suas soluções, nunca acabadas, sempre em construção, sob constante revisão.

Estratégias para a interpretação simultânea

Em primeiro lugar, é de suma importância dizer que ninguém nasce intérprete. Na verdade, há poucas profissões para as quais se precisa nascer predisposto, se é que isso existe. Talvez na área desportiva, na qual certas qualidades fisiológicas e biológicas significam vantagens indiscutíveis, talvez em profissões que exijam destreza manual impecável (cirurgias neurológicas, desarmamento de bombas etc.), entre alguns outros poucos

casos. No mais, e talvez até mesmo nestas, as capacidades requeridas podem ser aprendidas ao longo da vida, durante o processo de formação, e podem ser treinadas e aperfeiçoadas a qualquer momento: “[...] a interpretação simultânea é uma habilidade treinável. Você, eu e qualquer pessoa motivada temos, potencialmente, chance de nos tornar excepcionais intérpretes. Não acredite em quem lhe disser o contrário” (MAGALHÃES, 2007, p. 198).

Isso, acredite, é a mais pura verdade. Não se quer dizer que chegar a ser intérprete seja um processo fácil, pois não é. É preciso muito investimento pessoal, financeiro, de tempo, é preciso paciência, perseverança, estudo, preparo, auto-crítica, saber relevar aos outros e a si mesmo. No caso do Intérprete de Língua de Sinais, o ILS, esse processo é ainda mais árduo. Pense sobre quantos cursos de formação ou aperfeiçoamento de intérpretes você tem notícia, sobre a disponibilidade de cursos de língua de sinais, sobre em como poder participar de uma imersão em uma língua de sinais, analise ainda os instrumentos de consulta à disposição do intérprete e tradutor dessa modalidade de língua. É, não é nada fácil, mas a boa notícia é que não se trata de tarefa impossível, apenas é preciso reconhecer que o Intérprete de Língua de Sinais ainda tem um bom caminho a construir quanto à produção de conhecimentos teóricos e práticos. Não existe caminho pronto a ser perseguido, existem certos direcionamentos oriundos da experiência que os intérpretes orais podem compartilhar com o ILS. Vale lembrar que mesmo a interpretação oral, historicamente mais praticada e aceita como profissão há mais tempo, dispõe de pouco material organizando o conhecimento, teórico ou prático, que tal atividade demanda.

Na interpretação simultânea em línguas orais, a cabine de interpretação é dividida por dois profissionais. Esse é um modelo que vem se tentando adotar na interpretação em Libras, principalmente em palestras, simpósios, encontros de grande porte e de longa duração. Na área educacional, em nível de pós-graduação, tem-se notícia de que a divisão da interpretação é uma prática de instituições federais. A presença de dois intérpretes no período de aula, em todos os níveis de educação, em qualquer instituição de ensino, é o ideal a ser alcançado, principalmente do ponto de vista do ILS e da própria qualidade da interpretação. Ora, um período de aula compreende quatro horas de interpretação, período durante o qual o ILS terá de verter, na maioria das vezes sozinho, conteúdos os mais variados possíveis, sem ter o apoio de um colega para tomar notas, ajudar em alguma decisão vocabular e, evidentemente, sem poder se “desligar” da interpretação durante essas quatro horas. Assim, sempre que possível, o recomendado é que trabalhem em sistema de parceria dois intérpretes.

Voltando à área de interpretação de conferências, mas também não desconsiderando a educacional, o ILS precisa estar apto a transitar por diferentes campos do saber, pois cada evento exigirá dele um conhecimento específico, daí deriva as afirmações de Magalhães (2007, p. 203-204) de que “[...] a busca por conteúdo deve ser objeto da mesma dedicação que se emprega no desenvolvimento das línguas” e “[...] tão importante quanto a cultura histórica e científica, o conhecimento clássico ou formal, é a contemporaneidade da informação.” Estar a par do que se passa no país, no exterior, das discussões em voga, ter um conhecimento eclético, ainda que geral, pode representar o diferencial entre uma interpretação bem-sucedida ou malsucedida, pois tais informações e conhecimentos podem representar uma base onde apoiar a compreensão de determinados conteúdos, termos técnicos, fazer relação entre as ideias expostas pelo orador etc.

O esperado, o desejado, é que, tanto na tradução simultânea quanto na consecutiva, o texto a traduzir seja colocado previamente à disposição do intérprete – o que por si só não garante que ele tenha acesso à compreensão dos conteúdos ali apresentados, daí a necessidade de estar sempre investindo em “acumular” conhecimentos e informações, para que se tenha um conhecimento prévio de onde partir. Ter acesso ao texto antecipadamente não representará a boia de salvação do intérprete, posto que muitos oradores se afastam do texto entregue e optam por improvisar. Numa situação dessas, ajuda refletir sobre a analogia proposta por Magalhães (2007) e extrair dela dicas para a atuação e solução de conflitos.

De forma a explicar no que consiste a interpretação, o autor constrói uma analogia entre o ato de passar compras num caixa de supermercado e o processo de interpretação. Suas considerações tomam por base a interpretação simultânea e a consecutiva; neste momento será tratada da analogia correspondente à interpretação simultânea e a próxima seção se ocupará da comparação relativa à interpretação consecutiva.

Na comparação proposta, o comprador é o palestrante, a lista de compras é o roteiro da apresentação, que se modifica conforme a necessidade ou característica do conferencista e do seu público. A operadora de caixa é a intérprete, responsável pelo processo de tradução.

Durante a analogia, o autor observa que o comprador-palestrante pode ser organizado e respeitar a lista-roteiro com seus objetivos preestabelecidos, seguindo uma sequência lógica. Mas também pode ser impulsivo, passando de um assunto a outro, redefinindo a prioridade das ideias preestabelecidas e usando de improvisação. Os produtos a passarem pela operadora de caixa correspon-

dem ao discurso do palestrante, assim ela os vai recebendo (palavras, frases, unidades de pensamento) conforme o comprador os coloca na esteira do caixa:

1 litro de leite
1 pote de margarina
8 pães
4 cervejas
3 pacotes de fralda
1 pote de margarina
2 litros de leite
2 cervejas
4 frascos de xampu
1 pacote de biscoitos
1 frango congelado
1 lata de Nescau
5 quilos de arroz
1 refil para barbeador
1 pacote de biscoitos
Meio quilo de batatas (MAGALHÃES, 2007, p. 48)

Magalhães (2007) observa que, atualmente, com o *scanner* instalado no caixa, essa operação ficou muito mais fácil. No entanto, quando não havia esse recurso, era preciso registrar cada item manualmente. Para tanto, a pessoa responsável por essa tarefa (a intérprete na analogia do autor) podia alterar um pouco a sequência dos itens, de forma a organizá-los segundo algum critério, quantidade por exemplo. Nesse processo, ela faria algumas pausas para poder agrupar os produtos de acordo com o critério escolhido, faria o registro deles e os passaria ao empacotador na nova ordem estabelecida. Pelo critério da quantidade, a caixa-intérprete juntaria os dois potes de margarina, as seis cervejas, os dois pacotes de biscoito e os três litros de leite. Poderia também agrupar os itens conforme o seu peso, registrando os mais pesados primeiro, que seriam os primeiros a serem acomodados no pacote, evitando que danificassem produtos mais leves ou frágeis, que ficariam por último.

Trazendo tal estratégia para o campo linguístico, Magalhães esclarece:

Numa situação linguística, essas acomodações equivaleriam a esperar a conclusão de algumas frases, até se ter certeza da intenção pretendida pelo autor. Além de eventuais hesitações do palestrante, é comum, no caso de línguas como o inglês, que os adjetivos venham à frente do substantivo, forçando o intérprete a esperar a conclusão de uma série por vezes longa de qualificadores até saber do que se está falando [...]. (MAGALHÃES, 2007, p. 49)

As noções exploradas até aqui, conhecimento do mundo – também chamado de conhecimento prévio –, organização do discurso numa sequência lógica, estratégias para passar o conteúdo adiante com o mínimo de perda e com o máximo possível de otimização da informação, são abordadas, ampliadas e esquematizadas no artigo científico intitulado “Coerência textual, conhecimento do mundo e intertextualidade: implicações na interpretação simultânea”, de Edson Lopes. Do artigo, foca-se aqui como buscar uma sequência lógica na fala do palestrante e como construir uma interpretação que se coaduna com o conteúdo explorado pelo orador e que seja coerente enquanto “novo” discurso que é tecido. Busca-se, portanto, entender o processo de construção da coerência textual da interpretação, que leva ao público-alvo reconhecer nela uma unidade de sentido, com algo a comunicar, algo esse alcançável, passível de ser entendido, reconstituído a partir da coerência textual interna apresentada na versão elaborada pelo intérprete.

Inicialmente, Lopes (1998) aponta que o discurso de partida pode carecer de sentido e coerência interna, exigindo que o intérprete empregue estratégias para encontrar informações que supram os vazios existentes na estruturação lógica do texto ou na memória do intérprete.

As consequências das dificuldades de compreensão podem, às vezes, ser maquiadas no Texto de Chegada (TC) na IS¹, mas tal recurso traz prejuízos ao sentido do texto que podem ser incongruentes. O exercício da ética e a busca da fidelidade fazem com que o intérprete procure aplicar todos os esforços para evitar esses percalços. (LOPES, 1998, p. 391)

Um dos esforços apontados por Lopes é a procura por uma interpretação que se pautar não apenas nas informações recebidas do palestrante, mas também nas circunstâncias que envolvem o ato interpretativo. Assim, identificar o público para o qual se interpreta, seu possível aporte teórico sobre o assunto, os objetivos de estar ali assistindo àquela palestra, e não outra, o conhecimento que tem da cultura de partida etc. é útil para estabelecer quais conteúdos, construções sintáticas, palavras, até mesmo nome de lugares, podem representar um obstáculo para que o público construa coerência a partir do discurso do intérprete. O exemplo fornecido por Lopes tem a ver com a tradução para o inglês de uma passagem em que se fala dos esforços do Itamaraty para tentar convencer o governo americano a comprar aviões de treinamento militar da Embraer. O autor apresenta três versões possíveis para a mensagem proferida pelo orador e em seguida avalia a elaboração do discurso de chegada conforme os conhecimentos que o intérprete supõe que o público-alvo compartilhe:

¹ No original, sigla usada para fazer referência à interpretação simultânea.

Na opção 1, ele teria classificado o público como suficientemente informado do significado de “Itamaraty”. No segundo, ele identifica o público como parcialmente conhecedor da função daquele organismo e, para compensar esse conhecimento parcial do público, identifica o citado órgão como parte da administração governamental brasileira encarregada de relações exteriores. Na terceira opção, ele identifica o público como leigo no assunto de relações internacionais (ainda que a nível de conhecimento de jornal) e explicita todos os elementos do texto, colocando-o numa mesma estrutura (*frame*) onde se podem encontrar outros itens tais como *Foreign Office*, *Quay d’Orsay*, *Itamaraty*, *State Department* etc., tendo como hiperônimo o significado “órgão nacional encarregado de relações exteriores”. O processamento da informação recebida pelo intérprete ativou diferentes *frames*. O conteúdo desses *frames* faz parte da massa de conhecimento que uma pessoa possui e que pode estar constantemente ativa e receptiva a novas informações. As inferências são feitas pelo receptor permanentemente com base no seu conhecimento prévio, fator sem o qual não existiria a compreensão. (LOPES, 1998, p. 398)

Outro exemplo explorado pelo autor diz respeito ao uso de palavras-conceitos no texto-fonte que só existem na língua de partida, posto que são relacionadas a histórias cultural, social e política do país, as quais para os falantes nativos são vocábulos corriqueiros, cotidianos, mas que se simplesmente transliteradas ou ainda traduzidas, quando possível, não significam nada para o público-alvo da interpretação, posto que tais conceitos não fazem parte do seu esquema cognitivo. Mais uma vez a ilustração parte de uma tradução do português para o inglês, da qual seguem abaixo dois casos extraídos da lista apresentada pelo autor:

Política do “Café com Leite” – “Coffee and Milk Policy”, a policy of joint action in political and economic terms between the States of São Paulo and Minas Gerais, in the 1930’s; the former was the main coffee producer and the latter the main milk producer². (LOPES, 1998, p. 400)

Politicagem – the actions of politicians that are meant either to gain prestige and other advantages or to show that they are working³. (LOPES, 1998, p. 400)

Lopes (1998) aponta que um dos primeiros problemas em relação a esse tipo de termo é o tempo que demanda sua interpretação (que exige uma explicação) em relação ao tempo empregado no discurso do palestrante, fazendo com que o intérprete possa perder informações enquanto ainda está ocupado na tentativa de tornar tais expressões compreensíveis para o público. Essa situação foi vivenciada durante o Seminário Internacional Valores, Cultura e Saúde Reprodutiva da Mulher, sendo que a solução proposta, dadas as circunstâncias, consistiu em:

[...] utilizar os intervalos entre palestras para fornecer aos estrangeiros informações que lhes permitissem atualizar suas estruturas cognitivas, um procedimento que não satisfaz plenamente, mas que, nas circunstâncias, foi muito apreciado, conforme se expressaram alguns dos participantes estrangeiros. (LOPES, 1998, p. 401)

Além dessa estratégia específica para o caso ilustrado, o autor recomenda, como procedimento mais global e prévio, com o objetivo de evitar essa dis-

² “Política do Café com Leite”, uma política de ação conjunta em termos políticos e econômicos entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, nos anos 1930; o primeiro foi o principal produtor de café enquanto o segundo, principal produtor de leite.

³ “Politicagem”, as ações dos políticos que objetivam ou ganhar prestígio e outras vantagens ou mostrar que estão trabalhando.

tância entre o conhecimento compartilhado pelos envolvidos na interpretação simultânea:

[...] a ampliação consciente e planejada, por parte do intérprete, da principal peça do processo, os seus próprios *frames* para que estes se aproximem o máximo possível em conteúdo daqueles do palestrante e do público. Essa ampliação deverá dar-se não apenas em termos de conhecimento específico (terminologia, fraseologia e processos – *scripts*), mas também em termos de outros fatores de “conhecimento do mundo” (origem e formação do palestrante, idiossincrasias etc.) que proporcionarão maior possibilidade de produção de um discurso mais coerente. (LOPES, 1998, p. 407)

Até aqui se tratou da compreensão atrelada ao conhecimento de mundo, de como o intérprete pode contribuir para que seu público-alvo construa sentido. Agora interessa abordar como o intérprete processa o discurso que recebe, como atribui significado e coerência ao que lhe chega de modo que possa proporcionar a produção de um discurso mais coerente, conforme indicado por Lopes. Nesse sentido, o autor declara que:

As estratégias para o armazenamento e para a recuperação de informações que são aplicáveis no aprendizado em geral podem ser muito úteis ao intérprete. Lloyd⁴ (1995, p. 32) explica que (1) o *ensaio*, (2) a *organização*, (3) a *elaboração* e (4) a *busca sistemática* (cf. LLOYD, 1995, p. 32) são estratégias que visam a facilitar esses esforços. (LOPES, 1998, p. 411)

Segundo o autor, o ensaio tem a ver com nada mais que a simples repetição dos termos ou expressões que devem ser fixados até que estejam memorizados, passando da memória de trabalho para um dispositivo de armazenagem de mais longo prazo. Já a organização é responsável por determinar o que tem de ser memorizado, categorias específicas, tais como substantivos, adjetivos, sinônimos, antônimos, vegetais, máquinas etc., de acordo com as preferências individuais e as próprias características do que necessita ser fixado. A elaboração, por sua vez, consiste num mecanismo de fixação e recuperação que analisa os elementos compartilhados pelos itens a serem fixados (sons, imagens etc.), enquanto a busca sistemática procura tirar vantagem dos processos mnemônicos com os mesmos fins das técnicas anteriores. Essas estratégias dependem, é claro, da disponibilização do texto antecipadamente.

Estratégias para a interpretação consecutiva

Voltando à analogia de Magalhães, agora a relação comprador, compras, caixa e empacotador é explorada do ponto de vista da interpretação consecutiva. Nessa modalidade, segundo o autor, o conteúdo é empurrado em bloco para o empacotador, sendo que a caixa-intérprete só poderá proceder a operação de

⁴ LLOYD, P. *Cognitive and Language Development*. Leicester: BSP Books, 1995.

registro depois de os itens já estarem empacotados e longe de suas vistas. Nesse caso, o autor explica que se a caixa não tomou nota dos itens conforme iam sendo postos na esteira, ela precisará se lembrar, usar sua memória, para poder organizar o lote. Para tanto, ela poderá organizar os produtos não só pelo critério da quantidade e do peso, mas também por categorias que facilitem a memorização, resultando numa lista como a proposta por Magalhães (2007, p. 52-53):

8 pães
2 potes de margarina
3 litros de leite
1 lata de Nescau
2 pacotes de biscoitos
5 quilos de arroz
Meio quilo de batatas
1 frango congelado
3 pacotes de fralda
4 frascos de xampu
1 refil para barbear
6 cervejas

Nessa lista, a caixa-intérprete não só organizou os produtos pela quantidade, mas também procedeu uma separação funcional dos itens: artigos matinais (pão, margarina, leite, Nescau e biscoito), alimentos básicos de origem vegetal e animal (arroz, batata e frango), artigo infantil (fralda), itens de higiene (xampu e barbeador) e supérfluos (cerveja). No caso específico da interpretação, o autor observa que há uma sutileza a mais:

Como aprendem logo cedo os intérpretes, os sinônimos na verdade não existem. Toda palavra, ainda que listada em dicionário como sinonímia perfeita para outra, de outro vernáculo, carrega consigo uma carga emocional, um sentimento que varia de país para país, de cultura para cultura. Varia também conforme o conjunto de valores do próprio intérprete. Portanto, há sempre alguma diferença de tensão⁵ a compensar, e melhor seria classificar o intérprete não apenas como transformador, mas como um bom estabilizador de voltagem. (MAGALHÃES, 2007, p. 54)

⁵ A tensão a que o autor se refere aqui é em analogia à voltagem elétrica. Em passagem anterior de seu livro, Magalhães (2007, p. 45) compara, em situação ideal, o trabalho do intérprete com o de um transformador de energia: “Entra 110, sai 220. Entra 220, sai 110. Entra espanhol, sai português. Entra português, sai espanhol. Como a comunicação é um processo dinâmico, a situação envolve mais que a mera substituição de palavras.”

Magalhães traz à tona o caso dos sinônimos pois argumenta que ao final da interpretação consecutiva (a compra registrada em bloco), “[...] no recibo entregue ao comprador, os itens da lista de compra podem aparecer com o nome diferente. Nescau, por exemplo, pode constar como ‘achocolatado em pó’, muito embora não esteja errado perde um pouco em especificidade (substituição por item genérico)” (MAGALHÃES, 2007, p. 54). Além de perda em especificidade, pode haver erro conceitual, substituindo-se, por exemplo, margarina por manteiga, e a gravidade do erro sempre vai depender do caso. Isso não significa, todavia, que o recurso de empregar palavras pertencentes ao mesmo campo semântico ou de generalizar não sejam válidos na interpretação consecutiva, há, apenas, que se ter cautela e não esquecer que não existe isenção total no processo de interpretação, mesmo que não haja a intenção de interferir: “Num nível muito profundo, pré-verbal, não somos senhores de nossas escolhas vocabulares. Somos reféns, muitas vezes, de nossas fixações e neuroses” (MAGALHÃES, 2007, p. 55).

Estratégias para a tradução de textos escritos

Segundo Rónai (1987, p. 17), “só uma pequena fração de leitores são capazes de ler no original as grandes obras universais; os demais, forçosamente, devem lê-las em tradução”. Razão pela qual o tradutor deve se esforçar em oferecer ao leitor um “produto” de qualidade, à altura do original, fiel dentro do conceito de fidelidade que procura não se distanciar do original mas que reconhece a importância de respeitar o conhecimento do público-alvo. Para tanto, o autor sugere ainda que o tradutor aprenda e aprimore sua profissão estudando, analisando as traduções feitas por outros, comparando linha por linha entre original e tradução (1987, p. 20), sendo que edições bilíngues são ideais para esse objetivo. Essas dicas gerais podem e devem ser consideradas pelo tradutor ao elaborar uma tradução de uma língua oral para uma língua de sinais.

Para dar conta mais especificamente da tradução do português para a Libras, são trazidas aqui as considerações de Ramos (2000, p. 1), para quem:

Quando se fala em tradução de uma língua escrita, em sua modalidade literária, para a Libras, que é manifestação de uma língua na modalidade “fala/oral”, há que se pensar sob outros critérios que não aqueles encontrados na bibliografia sobre tradução disponível, que privilegia a tradução escrita/escrita ou oral/oral.

A partir dessa perspectiva, a autora empreendeu pesquisa em que a Libras era a língua-alvo da tradução tentando evidenciar a possibilidade de se proceder num trabalho de tradução textual de uma obra literária, não apenas um recontar de história, mas uma criação autêntica de tradução. Para dar conta de tal

projeto, a autora trabalha com a premissa de que “o conceito de *tradução cultural* por si só rejeita o papel da origem enquanto valor, já que pressupõe uma estrada de duas mãos em fluxo constante. Assim, a possibilidade de interferência do tradutor existe e é esperada” (RAMOS, 2000, p. 9).

A proposta de tradução de que fala a autora trata-se da versão para crianças de *Alice no País das Maravilhas*, trabalho efetivado pela autora, ouvinte e Intérprete de Libras, e a tradutora surda. Conforme Ramos (2000), ficou acordado entre as duas pesquisadoras que, mesmo sendo Ramos a representante do saber institucional, era a tradutora surda a responsável pelas decisões finais com relação ao texto em Libras. Essa tem se tornado uma prática usual e recomendável na tradução de textos escritos para Libras porque permite que a construção da compreensão do texto seja elaborada em parceria, com o ouvinte auxiliando o surdo na apropriação de termos, construções e metáforas próprias da língua oral. Ao tradutor surdo, cabe a adaptação de tais conteúdos de modo que sejam compreendidos pelo público surdo, evidentemente essa tarefa cabe ao tradutor surdo porque ele conhece, compartilha dos mesmos valores culturais do público-alvo.

Outro relato de experiência sobre prática de tradução escrita muito interessante é o encontrado em Quadros e Souza (2008) que apresentam algumas práticas de tradução experimentadas entre os tradutores/atores⁶ surdos do curso de Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), considerando o contexto de ensino e aprendizagem do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA). Como os textos-base das disciplinas são escritos em língua portuguesa e a língua de instrução do curso é a Libras, o texto de cada disciplina ganha uma versão em Libras para ser disponibilizada aos estudantes. Tomando esse processo como ponto de partida, os autores apresentam alguns exemplos de traduções na língua de sinais avaliando-os segundo critérios como “efeitos de modalidade” e “fidelidade”. Do trabalho dos autores, serão destacadas as estratégias de tradução elaboradas e acordadas entre os tradutores/atores surdos.

De acordo com Quadros e Souza (2008), algumas soluções tradutórias adotadas pela equipe de tradutores/atores surdos estão sendo construídas a partir das próprias práticas de tradução, uma vez que a equipe de tradução do curso de Letras Libras busca soluções considerando teorias e métodos dos Estudos da Tradução que poderiam ser implantados nas práticas tradutórias do português escrito para a Língua Brasileira de Sinais. Um problema enfrentado cotidianamente, segundo os autores, é a definição permanente de terminologias em sinais para dar conta dos conteúdos de ensino explorados no curso. Assim,

⁶ Esse termo tradutor/ator é usado pelos autores para se referirem à impossibilidade de separar o texto de sua expressão corporal em sinais.

durante as reuniões da equipe de tradução, são levadas às reuniões palavras em língua portuguesa que surgem nos textos-fonte a fim de serem identificadas soluções tradutórias para a Língua Brasileira de Sinais, incluindo nesse conjunto os termos técnicos, termos comuns e neologismos presentes nesses textos.

O primeiro exemplo prático apontado foi o uso da palavra *isoglossas* na disciplina de Sociolinguística:

Uma proposta de solução desse questionamento foi utilizada da seguinte maneira pelo tradutor/ator surdo: primeiramente, ele se utilizou da estratégia da transliteração apresentando o termo por meio do alfabeto manual da Libras, a palavra *isoglossas*. Logo em seguida, ele se valeu da repetição do sinal de *comunidade* em Libras dentro do seu espaço de sinalização para fazer a correspondência em nível de solução tradutória desse termo próprio do contexto teórico da Sociolinguística. (QUADROS; SOUZA, 2008, p. 185)

Em seguida, os autores avaliam que uma das alternativas muito comuns entre tradutores para solucionar problemas de adequação terminológica é recorrer a dicionários monolíngues e bilíngues. No entanto, essa estratégia não é comum entre os tradutores/atores, já que os dicionários existentes em Libras são muito restritos e contêm um número muito pequeno de termos. Tendo isso em mente, a melhor alternativa é:

[...] a troca de ideias com os seus pares e, às vezes, a busca por termos existentes em outras línguas de sinais, optando-se, em alguns casos, pelo empréstimo linguístico de outra língua de sinais, normalmente a Língua de Sinais Americana (ASL) ou a Língua de Sinais Francesa (LSF). (QUADROS; SOUZA, 2008, p. 185)

Ainda considerando as peculiaridades de se traduzir um texto escrito para a Libras, os autores tratam da necessidade de uma escrita intermediária entre esta e a língua portuguesa que sirva de ponto de apoio para a memorização e organização do conteúdo a ser traduzido:

Outro aporte em nível de métodos de trabalho é a busca por um modelo de escrita que consiga representar os sinais. Nesse sentido, a equipe de tradutores/atores surdos começou a vivenciar “ao vivo” os conflitos tradutório-processuais de “ler o texto em português, memorizando os significados deste para expressá-los na língua de sinais”, ou seja, “sinalizar/encenar” diante da câmera. O uso da memória de textos longos é inviável. Assim, há a necessidade de “ler o texto na estrutura da língua de sinais com palavras do português”, ou seja, fazer uso de uma interlíngua escrita, uma espécie de “glosa” em português do texto na língua de sinais, para apoiar a memória da tradução sinalizada. (QUADROS; SOUZA, 2008, p. 186)

Pelo relato de Quadros e Souza (2008), os tradutores/atores surdos empregam esse produto interlinguístico – as “glosas” – para filmarem sua versão em Libras. Essas “glosas” têm se transformado ao longo das atividades de tradução. Nesse processo de transformações, devido à incompatibilidade de algumas palavras do português, que não servem para representar algum sinal, símbolos para representar os sinais têm sido desenvolvidos:

Isso tem sido muito comum para o uso de dêiticos, que, na língua de sinais, são associados à apontação para diferentes pontos estabelecidos no espaço. Esse recurso também tem sido usado para representar o uso de classificadores, que são recorrentes à Língua Brasileira de Sinais e articulados com configurações de mãos específicas, que representam sinais incorporando várias informações, entre elas: aspecto, modo, número e pessoa, além de poderem apresentar ainda conteúdos descritivos; tudo isso, em um único sinal. (QUADROS; SOUZA, 2008, p. 187)

Por fim, para garantir a qualidade, fidelidade e coerência na tradução apresentada, os autores relatam a presença de outro tradutor durante as filmagens, cujo papel é produzir um retorno (*feedback*) “ao vivo” sobre o processo tradutório, tanto em relação aos aspectos teóricos quanto aos objetivos previamente acordados por toda a equipe de tradutores/atores surdos. Esse retorno precisa ser feito “ao vivo” para que os possíveis problemas possam ser revistos e solucionados antes da edição das filmagens, posto que após edição o processo de revisão da tradução é bastante difícil. Afinal, por se tratar de imagens, não se podem fazer alterações pontuais em uma única passagem do texto como seria possível numa versão escrita; as correções, sempre que necessárias, precisam ser feitas numa tomada inteira de filmagem, o que implica gravar tudo de novo, editar mais uma vez e ainda correr o risco, segundo os autores, de não ter um texto bem acabado do ponto de vista da fluência e do encaixe entre uma tomada e outra. Também é função do segundo tradutor “acompanhar as soluções tradutórias sugeridas pelo tradutor/ator surdo durante todo o processo e intervir no caso de surgir quaisquer faltas de clareza ou ‘ruídos’ nos textos traduzidos para a língua de sinais”.

Quadros e Souza (2008, p. 206) terminam sua exposição com uma consideração que não poderia deixar de ser reiterada aqui: “os estudos sobre as técnicas e os processos envolvidos na tradução de um texto escrito para um texto visual-espacial precisam continuar sendo investigadas”.

Limites da atuação do intérprete

Como visto até aqui, o trabalho de tradução e interpretação é árduo, exige estudo, preparo, prática, entre tantas outras coisas. Porém, acima de tudo, o trabalho de interpretação exige saber reconhecer os limites da atuação, até onde se pode ir tanto na formulação, reconstituição de um discurso, quanto no contato e interação com o cliente:

O ILS trabalha em variadas circunstâncias, precisando ser capaz de adaptar-se a uma ampla gama de situações e necessidades de interpretação da comunidade surda, situações às vezes tão íntimas quanto uma terapia, sigilosa como delegacias e tribunais, ou tão expostas como salas de aulas e congressos. (ROSA, 2008, p. 115)

Nessas circunstâncias, mesmo quando o ILS conhece todas as palavras apropriadas, o ato interpretativo exige uma reação tão imediata que não há tempo para pensar: faltam segundos, os sinais certos são lembrados uma frase mais tarde, quando já não adiantam mais. Por essa razão, a prática, o treino, se possível diário, o contato com a comunidade surda são aliados do ILS, porém, segundo Rosa (2008), nem sempre esse profissional tem consciência da necessidade de atualização de assuntos gerais. Essa espécie de acomodação tem a ver, na perspectiva da autora, principalmente com a concepção assistencial, de muitos ILS, de que se o surdo tiver alguma informação em Libras já lhe é suficiente. Sobre o que a autora avalia: “é em parte compreensível que o trabalho do ILS ainda esteja relacionado ao voluntariado. A presença do ILS não é considerada um direito de cidadania, e sim um ato de benevolência às pessoas ainda consideradas deficientes” (ROSA, 2008, p. 119).

Num outro extremo, contrária a essa atitude assistencialista, mas tão prejudicial quanto ela, está a crença de que por assumir um papel de militante em busca dos direitos do surdo, a autoria do enunciado traduzido é do ILS, e não do surdo. É como se as pessoas ignorassem o fato de que o surdo sinalizou e criou seu próprio texto, o qual ganhou expressão oral através da figura do intérprete. “Essa atitude evidencia a desqualificação que se faz dos surdos, no que se refere a sua capacidade de compreensão do assunto tratado; ao mesmo tempo, o intérprete é desqualificado ao ser colocado no lugar do trapaceador ou traidor” (ROSA, 2008, p. 122).

Além desses fatores, Rosa (2008) aponta outros, objetos das seções anteriores, que limitam a atuação do intérprete:

Se o orador não tiver um domínio da própria língua (português) e/ou do assunto, que lhe possibilite expressar com clareza as suas ideias, ou seja, se a mensagem for emitida em condições desfavoráveis na língua de partida, dificilmente será compreendida pelo ILS. Frequentemente, essa situação gera embaraço para o ILS e para os surdos, pois estes percebem a insegurança do próprio intérprete. Nesses casos, os surdos tendem a interromper a interpretação e a pedir esclarecimentos. Nessas situações, quando a plateia percebe que não está sendo realizada uma interpretação coerente, é comum atribuir o fracasso ao ILS (às vezes esse fracasso é mesmo da responsabilidade do próprio intérprete). E haverá outros que irão atribuir a não compreensão do assunto à falta de capacidade da comunidade surda, reforçando o conceito da suposta incapacidade do surdo. A responsabilidade pelo fracasso será julgada segundo a concepção que as pessoas presentes têm sobre surdez, sobre a interpretação e sobre comunidades surdas. Entretanto, nunca se questiona o próprio orador, pois este já está revestido de imunidade (é falante da língua majoritária, possui legitimidade institucional para falar – em geral, possui algum título que o autoriza a estar na posição de palestrante ou professor/educador). (ROSA, 2008, p. 122)

Muitas dessas limitações, como dito acima, foram tratadas nas seções anteriores, com sugestões e estratégias para o dia a dia do ILS. Todavia, não se pode

esquecer que o modo como o ILS entende que deva ser, eticamente, seu papel também influencia no produto final da interpretação, que pode ser mais próxima ou mais distante do discurso original:

Caso o ILS considere a língua transparente e possível de codificar um único sentido no discurso, esse intérprete realizará o seu trabalho da forma mais literal possível e, desse modo, já estará agindo sobre o discurso, pois ignorar informações que seriam necessárias para a compreensão da mensagem pelo surdo. O que lhe importa, nesse caso, é a língua em si, e não a compreensão e apropriação do surdo pelo assunto exposto. Em contrapartida, há aqueles que, partindo dos pressupostos de que a sua compreensão é a mais correta, realizam uma interpretação totalmente aleatória em relação à fala do locutor ouvinte, criando seu próprio texto. [...] O abuso na interpretação é um fator complicador para a comunidade surda, justamente pela sua especificidade e sua história de exclusão social. [...] A palavra é evanescente, a interpretação escapa a provas. A menos que esteja sendo filmado diariamente, o intérprete de língua de sinais tem total “liberdade” para atuar, ou seja, é de sua escolha e decisão interpretar a aula ou fazer uso dela para proveito seu. (ROSA, 2008, p. 124)

Com relação a tal atitude, a autora é assertiva ao declarar que o compromisso do intérprete não é apenas o de transladar conteúdos de português para a Libras, mas também, na sua condição de instrumento humano, o de respeitar as expectativas do cliente. Partindo disso, o texto complementar desta aula traz o relato de uma pesquisa realizada no Recife que trata, na perspectiva de intérpretes educacionais, das contribuições que a interpretação pode dar à educação de surdos e dos obstáculos ao longo do processo. Boa leitura!

Texto complementar

As dificuldades da ação interpretativa vivenciadas pelos intérpretes de Libras na cidade do Recife

(COSTA, 2009, p. 13)

A atualidade brasileira adotou o modelo inclusivista como modelo de sociedade. As políticas públicas ditam preceitos que se fossem efetivamente cumpridos levariam as pessoas com necessidades especiais, e nesse caso específico, os surdos, a condições de superação das dificuldades que seriam impressas naturalmente ao seu desenvolvimento. Portanto, o desafio proposto para esta pesquisa foi estudar a participação do intérprete de Libras a partir de seus relatos. Entendemos que o trabalho se constitui uma peça fundamental para que esse aluno surdo possa receber as informações propostas em sala

de aula, através da língua de sinais, uma vez que a língua de instrução que circula, nas diversas escolas, é a língua portuguesa. Assim, tentando responder ao objetivo proposto, foi possível constatar que os intérpretes atuam com muito empenho exercendo sua atividade interpretativa em condições, muitas vezes, adversas, uma vez que a permanência de alguns desses fatores não depende de sua participação. Eles tentam criar condições para resgatar a comunicação entre o professor da disciplina e o aluno surdo, embora ainda não tenham conseguido chegar a um patamar desejado que facilite sua ação. O modelo bilíngue adotado foi devidamente implementado na perspectiva de atingir os padrões de qualidade esperados para o seu desenvolvimento, nos levaram às seguintes conclusões: 1) que os intérpretes de Libras pesquisados consideram que sua contribuição para o desempenho escolar do aluno surdo ocorre permanentemente. No entanto, a superação das dificuldades identificadas depende essencialmente da adoção de medidas que tragam a chance-la dos órgãos públicos, tais como: dificuldade para interpretação sem conhecimento específico, falta de parceria com o professor da disciplina etc., fatores estes que influenciam diretamente no ato de interpretar. Apesar disso, colocam-se sempre com uma participação bastante consistente e positiva, diferentemente do que alguns teóricos do tema consideram; 2) em relação à melhoria da interação, surdo X ouvinte, constatamos que ele considera ainda deficitária devido ao fato de, muitas vezes, a comunicação na sala de aula se restringir unicamente ao intérprete de Libras. Segundo ele, quase não existe nenhuma comunicação dirigida diretamente ao professor regente, e muito menos aos colegas, trazendo como principal obstáculo, à resistência dos professores para aceitar a presença da língua de sinais circulando também em sala de aula; 3) outro obstáculo importante que aparece está no fato de que a escola regular, que ainda “fracassa” na educação dos alunos “normais”, e, ao receber alunos com necessidades especiais, nem sempre os reconhecem como de sua responsabilidade, embora lhe sejam atribuídas pelos documentos oficiais do Ministério da Educação (BRASIL, 2001; 2002). Esse problema torna-se bastante complexo, já que a escola, tradicionalmente monolíngue, não se dispõe a responder às demandas apresentadas pela condição linguística e sociocultural, específicas, quando falamos em surdez; 4) outro fato detectado através dos comentários dos sujeitos são os critérios de formação dos professores e intérpretes que seguramente vão interferir no desempenho do aluno surdo, pela falta de compreensão desses profissionais sobre como atuar nesses casos. Entre os entrevistados que tinham mais estudos, ou seja, sujeitos com pós-graduação, identificamos que, na medida em que alcançavam

outro patamar de estudos, sentiam-se mais confiantes, mais seguros no exercício de sua atividade. Parece ser possível afirmar, nesse caso, que essa formação ainda é incipiente pelo fato de não trazer alguns pontos indispensáveis para o exercício da função de intérprete, que seguramente vai além do domínio de Libras. Além disso, a noção que a escola tem sobre o papel do intérprete de Libras educacional é bastante distinta do que se constituiria sua real atuação através de uma formação geral boa, além da formação linguística, fundamentos da Pedagogia utilizados em sala de aula, entre outros. Podemos ainda comentar que os intérpretes, em muitos casos, atuam de forma inapropriada, distante da proposta inclusiva sugerida pelo MEC (BRASIL, 2006), principalmente, pela falta de estrutura para subsidiar sua tarefa. Essa falta de estrutura vai desde a questão de espaço físico, sua participação na vida escolar como um todo, tais como fazer parte de reuniões, planejamentos escolares etc. Na percepção deles, esse isolamento a que são lançados prejudica, demasiadamente, sua tarefa, pois a interação com os professores tem que existir para que seja possível a consolidação de sua proposta. Ele é quem deve procurar romper essa barreira, pois os demais participantes da escola nunca encontram tempo para algum diálogo. Aliado a isso, sente que há uma desvalorização sobre sua participação. Na realidade, os intérpretes que fizeram parte dessa pesquisa avaliam sua participação no desempenho dos alunos como sendo muito boa, considerando as condições de que dispõe. Entendemos que consideram que apesar de trabalhar em ambiente pouco motivante, desde sua acomodação física até a não existência do conhecimento prévio dos assuntos das diversas disciplinas que deverão ser trabalhados, aliados a grande dificuldade de compreender todos os assuntos que circulam em sala de aula (ninguém domina todos os assuntos). Portanto, a deficiência de sua formação, a pouca divulgação para a escola sobre o papel que deve desempenhar a ausência de critérios para a localização do quantitativo de alunos, por profissional em cada sala, segundo os entrevistados, demandam novas formas de adaptação para realizar esse trabalho. Como uma turma com 32 alunos surdos e oito ouvintes, nas condições já descritas, poderá atuar produtivamente? Esse ponto não é tão simples quanto pode parecer, pois o professor regente é certo, tem posição central, enquanto que o intérprete fica espremido em algum espaço da situação. Seria necessário um planejamento feito conjuntamente com esse professor e/ou outros elementos da escola, a fim de articular melhor essa questão, eliminando alguns desses problemas. Uma outra pergunta decorrente de sua presença como único profissional: os intérpretes educacionais podem interpretar todos os assuntos mesmo que não os

compreendam? Durante a realização das entrevistas, alguns comentaram que quando não sabem e/ou compreendem determinados assuntos, nesse caso, param a interpretação e dizem aos alunos que não estão compreendendo e que vão perguntar depois para o professor. Um deles, especificamente, informou que quando não entende o assunto, não faz a interpretação, e, nesse caso, como fica o aluno? No entanto, nem sempre há garantias que o professor possa ajudar na superação dessa dificuldade, portanto, alguns assuntos podem não ter a clareza necessária para que o aluno se aproprie do assunto. Nesse caso, as dificuldades vão se acumulando para novos assuntos decorrentes de anteriores. Mesmo assim eles continuam avaliando sua participação como produtiva, pois tentam utilizar todos os recursos de que dispõem e/ou procuram outros meios para ajudar na superação dos obstáculos que vão surgindo. Pudemos identificar ainda a posição dos professores, que colocam, segundo eles, os alunos surdos na sua grande maioria como apresentando muitas deficiências na sua formação apesar de se encontrar em níveis de ensino mais elevados. Mesmo assim continuam apresentando desempenho aquém do que se pode desejar. Ao mesmo tempo, não temos argumentos para dizer que sua ação tem sido produtiva. Ao contrário, as críticas ainda são muito severas, e de fato, como já afirmamos, que os resultados dessa participação ainda não se fizeram sentir. Diante dessas reflexões, notamos que a inclusão do intérprete de Libras ainda é uma proposta de difícil execução. No entanto, pudemos verificar que através de suas experiências diárias estão construindo um processo de inserção na atividade educacional que lentamente começa a ser reconhecida. O exercício de uma atividade profissional deve ser delimitado por critérios, não trabalhar improvisando, ajustando, sem ter segurança de que se está na direção certa. As reflexões feitas pelos próprios intérpretes, na sua grande maioria, nos ajudam a compreender sua posição. Acreditamos que essa pesquisa contribuiu para trazer esclarecimentos sobre as questões decorrentes da participação desse profissional considerado, para muitos, o “salvador da pátria”, o elemento novo para facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes. Uma outra face da medalha foi mostrada oferecendo espaço para que os intérpretes pudessem falar sobre si mesmos. Fazer uma autocrítica mais contundente sobre seu desempenho demanda algum tempo de exercício. As instituições escolares se dão por satisfeitas no momento em que abrem espaço para a inclusão desse profissional em algumas salas onde existam surdos. Mas, não basta apenas essa “contratação”, é preciso que sejam observados inúmeros outros aspectos que darão suporte ao exercício dessa atividade. A circulação da língua de sinais deveria ser esti-

mulada, destacando ainda a interação constante com o professor da disciplina, pois o conhecimento dos temas que estão sendo abordados nas aulas é fator relevante para o êxito da atividade interpretativa. Ser “profissional”, acima de tudo, agindo com honestidade, responsabilidade e ética, representa um caminho promissor.

Dicas de estudo

Grupos de discussão dos Intérpretes de Língua de Sinais na internet:

<<http://br.groups.yahoo.com/group/interpretesdelibras/>>.

<<http://br.groups.yahoo.com/group/brasils/>>.

É importante, desde cedo, estar conectado aos assuntos e discussões em voga na profissão em que se pretende atuar. Participar de grupos de discussões como esses possibilita isso e ainda o contato com relatos de experiências de colegas de profissão, a oportunidade de interagir com os mesmos e pedir-lhes dicas práticas, sugestões de leituras, cursos, entre tantas outras coisas.

Alice no País das Maravilhas, tradução do Inglês para o português por Clélia Regina Ramos e do português para a Libras por Marlene Pereira do Prado, Wanda Quintanilha Lamarão e Clélia Regina Ramos, Editora Arara Azul, 2002. (Livro com tradução em português e CD-ROM com tradução em Libras).

A ideia é que você, estudante, além de desfrutar do prazer estético que essa leitura pode lhe proporcionar, utilize esse livro empregando a técnica de estudo relatada por Rónai, na qual se vai comparando a tradução com o original, vendo as soluções encontradas, aprendendo a traduzir a partir daí e pensando que outras alternativas de tradução seriam possíveis. Tal exercício contribuirá para que você se inteire sobre as construções próprias da Libras, enriqueça seu vocabulário e descubra estratégias para sua atuação diária.

Atividades

1. Discuta, segundo Lopes (1998), sobre as dificuldades que o emprego de expressões que só existem na língua de partida, corriqueiras aos falantes nativos dessa língua, podem representar para a interpretação simultânea.

2. Defina as estratégias de *ensaio*, *organização*, *elaboração*, *busca sistemática* e justifique por que são úteis à interpretação simultânea.

3. Explique, tomando Rosa (2008) por base, de que forma a maneira como o ILS entende que deva ser seu papel influencia no produto final da interpretação.

Referências

COSTA, Karla Patricia Ramos da. As dificuldades da ação interpretativa vivenciadas pelos intérpretes de Libras na cidade do Recife. *In*: 17.º COLE, 2009, Campinas. **Anais...** Disponível em: <www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem03/COLE_1484.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2010.

LOPES, Edson. Coerência textual, conhecimento do mundo, intertextualidade: implicações na interpretação simultânea. **Cadernos de Tradução**, UFSC, v.1, n. 3, 1998.

MAGALHÃES, Ewandro Junior. **Sua Majestade, o Intérprete**: o fascinante mundo da tradução simultânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de; SOUZA, Saulo Xavier de. Aspectos da tradução/encenação na Língua de Sinais Brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso de Letras Libras. *In*: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

RAMOS, Clélia Regina (2000). **Tradução Cultural**: uma proposta de trabalho para surdos e ouvintes. Disponível em: <www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo5.pdf>. Publicado em: 2000. Acesso em: 14 ago. 2010.

RÓNAI, P. **Escola de Tradutores**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

ROSA, Andréa Silva. **Entre a Visibilidade da Tradução da Língua de Sinais e a Invisibilidade da Tarefa do Intérprete**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

Gabarito

1. Embora alguns termos sejam usados diariamente e bem compreendidos entre os falantes de uma dada língua, para os estrangeiros, mesmo que haja tradução possível, são incompreensíveis, não se ligam a seu conhecimento de mundo, por isso é preciso, mais que traduzir a palavra, explicar ao público-alvo o que ela significa. Isso, aponta Lopes, demanda mais tempo de interpretação em relação ao tempo empregado no discurso do palestrante, fazendo com que o intérprete possa perder informações enquanto ainda está ocupado na tentativa de tornar tais expressões compreensíveis para o público.
2. O ensaio consiste na repetição dos termos ou expressões que devem ser fixados até que estejam memorizados, passando da memória de trabalho para um dispositivo de armazenagem de mais longo prazo. A organização é a responsável por determinar o que tem de ser memorizado, categorias específicas, tais como substantivos, adjetivos, sinônimos, antônimos, vegetais, máquinas etc. A elaboração tem a ver com um mecanismo de fixação e recuperação que analisa os elementos compartilhados pelos itens a serem fixados (sons, imagens etc.), enquanto a busca sistemática procura tirar vantagem dos processos mnemônicos com os mesmos fins das técnicas anteriores. Essas estratégias são úteis à interpretação simultânea porque possibilitam o armazenamento e recuperação de informações, de forma que o intérprete possa construir um discurso mais coerente.
3. O aluno deve identificar que dependendo de como o intérprete entenda que seja seu papel, o produto final da interpretação pode ser mais próximo ou mais distante do discurso original. Assim, conforme Rosa, se o ILS considerar apenas a língua em si e julgar que ela é transparente e capaz de codificar um único sentido, acabará perdendo informações necessárias à compreensão do surdo. Por outro lado, se o ILS assumir que a sua compreensão é a mais correta, acabará por produzir um discurso muito distante do original, produzindo seu próprio texto.

